

Três Poderes: Pelo regime de metas, STF terá cotas de julgamentos a cumprir e os servidores, índice de produtividade

Supremo adota metas para servir de exemplo

Juliano Basile, de Brasília
Valor Econômico, 11/08/2009

Como se fosse uma empresa privada, o Supremo Tribunal Federal (STF) adotou um regime de metas até 2013 pelo qual os ministros terão cotas de julgamentos a cumprir e os servidores terão de atingir índices de produtividade. A iniciativa é inédita entre as cúpulas dos três Poderes e faz parte de um projeto de reforma do funcionamento e atuação do Judiciário. O Palácio do Planalto nunca teve metas, nem a contabilização de índices de produtividade entre os seus funcionários. O Senado chegou a pedir um estudo à FGV para profissionalizar a sua gestão e reestruturar o seu quadro de diretores. Mas, o relatório da universidade não foi seguido pela Mesa Diretora do Senado e a mais alta Casa Legislativa do país vive, hoje, uma crise forjada em desmandos administrativos e contratações de "funcionários fantasmas" através de atos secretos.

Ao todo, o STF terá de atingir 30 objetivos em cinco anos. Eles estão separados em quatro dimensões: financeira, processual, "dimensão cliente" e de aprendizagem e inovação. Há desde julgar todos os recursos que chegaram à Corte até 2005 a medidas de promoção à saúde dos servidores. O tribunal terá de reduzir a sua cota anual de água e de energia em 10%. Ao mesmo tempo, se comprometeu a ampliar a utilização de papel reciclado em 30%.

O Supremo também terá de obter a satisfação interna de seus servidores, chegando ao piso de 70% a cada dois anos. No plano externo, o tribunal terá de ampliar a sua visibilidade perante o público e explorar três canais de TV Digital. Estão previstas ainda ações na área de educação e cidadania. O tribunal pretende desenvolver um projeto educacional para apoio ao ensino fundamental e outro de inclusão digital. Além disso, todos os anos, o STF terá de realizar projetos de cidadania para beneficiar, no mínimo, 200 pessoas. Algo parecido foi iniciado neste ano, quando o STF passou a admitir ex-detentos entre os seus funcionários.

"Percebemos que um dos maiores problemas do Judiciário é gerencial", afirmou ao Valor o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes. "Precisamos enfrentá-lo e, para tanto, fomos buscar paradigmas de gestão", completou.

O planejamento do STF foi construído através da "Balanced Scorecard" - metodologia desenvolvida no início dos anos 90 pela Harvard Business School para gestão de negócios pelas empresas. Nele, há o resumo da missão e da visão de futuro do tribunal da mesma forma como ocorre nas empresas

privadas.

As 30 metas Fixadas pelo STF até 2013	
<ul style="list-style-type: none"> Julgar até o fim deste ano todos os agravos de instrumento e recursos extraordinários autuados até 2005 	<ul style="list-style-type: none"> Realizar pelo menos uma ação anual de qualidade de vida para os colaboradores
<ul style="list-style-type: none"> Reduzir o tempo médio de tramitação dos recursos extraordinários em 30% 	<ul style="list-style-type: none"> Promover 30 horas de treinamento por ano para cada servidor
<ul style="list-style-type: none"> Julgar dez matérias por mês no plenário virtual 	<ul style="list-style-type: none"> Fazer programa interno de estímulo a ideias inovadoras dos servidores até dezembro de 2010
<ul style="list-style-type: none"> Decidir um caso de repercussão geral por mês 	<ul style="list-style-type: none"> Implantar o processo judicial eletrônico até dezembro de 2009
<ul style="list-style-type: none"> Reduzir em 10% o consumo de água e energia no tribunal 	<ul style="list-style-type: none"> Concluir o sistema de recurso extraordinário eletrônico até dezembro de 2009
<ul style="list-style-type: none"> Chegar a 70% de servidores satisfeitos a cada dois anos 	<ul style="list-style-type: none"> Instituir o gerenciamento eletrônico de documentos até abril de 2010
<ul style="list-style-type: none"> Ampliar a sua visibilidade na sociedade 	<ul style="list-style-type: none"> Promover ao menos uma ação anual de cooperação com outros órgãos públicos
<ul style="list-style-type: none"> Obter pelo menos 30% de uso de papel reciclado 	<ul style="list-style-type: none"> Concluir o projeto de Lei Orgânica da Magistratura e enviá-lo ao Congresso até junho de 2010
<ul style="list-style-type: none"> Beneficiar no mínimo 200 pessoas com projetos de cidadania todos os anos 	<ul style="list-style-type: none"> Realizar no mínimo 15% de eventos internos por ano
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver projeto educacional para apoio ao ensino fundamental 	<ul style="list-style-type: none"> Realizar no mínimo três ações de promoção à saúde para servidores a cada ano
<ul style="list-style-type: none"> Instituir página da Central do Cidadão até dezembro de 2010 	<ul style="list-style-type: none"> Padronizar os procedimentos administrativos e cartorários entre as secretarias e os gabinetes dos ministros até dezembro de 2010
<ul style="list-style-type: none"> Implantar a Central de Atendimento ao jurisdicionado até abril de 2010 	<ul style="list-style-type: none"> Implantar um sistema de custos para o orçamento até março de 2010
<ul style="list-style-type: none"> Instituir programa de inclusão digital para colaboradores até dezembro de 2010 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir 100% dos recursos para executar os projetos estratégicos
<ul style="list-style-type: none"> Implantar o atendimento por telefone até dezembro de 2011 	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a infraestrutura do prédio do STF
<ul style="list-style-type: none"> Explorar três canais de multiprogramação de TV Digital 	
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver pelo menos duas ações anuais de qualidade de vida para os servidores 	

O tribunal-empresa	
<p>A missão do STF</p> <p>"Assegurar o cumprimento e estabelecer interpretação da Constituição federal de forma a construir cultura que garanta a sua efetividade"</p>	<p>A visão de futuro do STF</p> <p>"Ser reconhecido como Corte Constitucional, referência na garantia dos direitos fundamentais, na moderação dos conflitos da Federação e na gestão administrativa"</p>
<p>Os "aspectos positivos"</p> <ul style="list-style-type: none"> O interesse da mídia A expectativa da sociedade no enfrentamento das questões sociais A participação da sociedade nos procedimentos judiciais O Pacto Republicano e a relação com os demais Poderes As alterações legislativas 	<p>Os "aspectos negativos"</p> <ul style="list-style-type: none"> A grande demanda de processos O descumprimento de decisões do STF O desconhecimento das funções do tribunal pela sociedade A omissão dos órgãos legislativos A informatização deficiente de órgãos do Poder Público O tombamento do prédio do Supremo Alteração orçamentária

Fonte: Supremo Tribunal Federal

A missão é definida pela pergunta: "Por que existimos?" "Assegurar o cumprimento e estabelecer a interpretação da Constituição federal de forma a construir cultura que garanta a sua efetividade", diz o relatório de planejamento estratégico. Já a visão de futuro do STF surge pela questão: "O que queremos?" "Ser reconhecido como Corte Constitucional, referência na

garantia dos direitos fundamentais, na moderação dos conflitos da Federação e na gestão administrativa", continua o texto.

O documento traz ainda as oportunidades e as ameaças ao STF. As primeiras são descritas como "aspectos positivos" do tribunal perante o público externo. Elas são: a participação da sociedade nos julgamentos, o interesse da mídia no tribunal, as alterações legislativas, a expectativa que a população tem no enfrentamento das questões sociais pelo tribunal e o Pacto Republicano (propostas feitas por Gilmar Mendes em acordo com o Executivo e o Legislativo para a aprovação de novas leis de reforma na Justiça).

Já as ameaças, ou os "aspectos negativos", são: o excesso de processos, o descumprimento de decisões do STF, o desconhecimento das funções do tribunal, a omissão do Congresso em legislar, a informatização deficiente de órgãos do Poder Público e o tombamento do prédio do Supremo. O tombamento foi incluído como "negativo" porque ele dificulta as reformas no prédio. Elas devem ser autorizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Há sete anos, a falta de um para-raios, após negativa do Iphan para construí-lo, fez com que um trovão atingisse o telhado do STF e paralisasse os julgamentos.

O Congresso é visto de maneira crítica no relatório que aponta as omissões legislativas - decisões em que o STF manda o Parlamento votar uma determinada lei, como manda a Constituição e este último simplesmente não adota nenhuma medida a respeito. É o caso, por exemplo, da Lei de Greve para o funcionalismo. Após 20 anos de omissão do Congresso - que não conseguiu votar normas sobre o assunto, como estabeleceu a Constituição de 1988 - o STF determinou que o funcionalismo terá de seguir as regras de paralisações no setor privado. O Supremo também determinou a extinção de municípios que não foram aprovados via emenda constitucional e o Congresso simplesmente não tomou nenhuma iniciativa a respeito.

Mendes acredita que as metas de gestão deverão repercutir nos demais Poderes e no Judiciário como um todo. Ele entende que se o Congresso tivesse um sistema interno de controle, como o que existe no STF para evitar que a nomeação de servidores comissionados supere a de concursados, o Senado não estaria vivendo a crise atual. "É uma medida importante que evitaria o que está ocorrendo no Congresso." Quanto ao Executivo, o presidente do STF concluiu que existem órgãos com múltiplas funções e alto grau de eficiência, como a Receita Federal. Mas a definição de metas pode profissionalizar ainda mais os diversos órgãos do governo federal.

Com relação ao Judiciário, o presidente do STF concluiu que a principal meta é a de julgar em tempo adequado. "Houve, um tempo em que se não expulsássemos mil processos por mês nos seríamos expulsos dos gabinetes", lembrou o ministro, citando o excesso de processos nos gabinetes. Daí, a meta de reduzir o tempo médio de tramitação dos recursos extraordinários em 30% até 2013. Esse é o tipo de processo mais comum no STF. E também a meta de julgar dez casos de repercussão geral por mês. Nesses casos, o Supremo dá

uma decisão para milhares de causas idênticas.

O relatório com as metas foi aprovado por dez dos onze ministros do STF em reunião administrativa, no dia 5. Formalmente, o STF seria o único tribunal que estaria ausente de metas. Isso porque o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou uma determinação para que todos os tribunais do país fizessem um planejamento estratégico com objetivos e prazos para a sua concretização. O Supremo é o único tribunal que está fora do alcance das decisões do CNJ, pois é quem deve julgar as determinações do Conselho. Neste caso, porém, o STF decidiu sair na frente e realizar o seu planejamento estratégico de modo a provocar os demais tribunais do Brasil para que eles também tomem essa iniciativa, modernizem a gestão e superem o dilema de uma Justiça lenta e atolada de processos para julgar.